



RELATÓRIO DE DEMANDAS DA POPULAÇÃO

ÍNDICE

Item	Assunto	Página
1	OBJETIVO DESTE RELATÓRIO	3
2	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	3
2.1	Da Constituição Federal	3
2.2	Da Lei de Responsabilidade Fiscal	3
2.3	Estatuto das Cidades	3
2.4	Lei Orgânica Municipal de Rio das Ostras	4
2.5	Plano Diretor de Rio das Ostras	4
3	FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS	4
4	C M P O P DE RIO DAS OSTRAS	5
4.1	Constituição dos Setores	5
4.2	Mapa dos Setores do Orçamento Participativo	6
5	TRABALHOS DE DIVULGAÇÃO	8
6	PARTICIPAÇÃO POPULAR	9
6.1	Audiências Públicas Setoriais	9
6.2	Indicação via Internet POPonline	9
6.3	Indicação presencial	9
6.4	Questionário de Demandas	9
7	APRESENTAÇÃO DAS INDICAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR	11
7.1	Participantes por Setor	11
7.2	Evolução anual da participação popular	13
7.3	Indicação por Função	14
7.4	Indicação por Demanda (Top 20)	15
7.5	Indicação por Demanda por Setor	17
7.6	Análise das Demandas por Setor	18
8	CONCLUSÃO E PROPOSTAS	22
9	PRÓXIMAS ETAPAS	24
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24

1- OBJETIVO DESTE RELATÓRIO

O objetivo deste relatório é apresentar os resultados e uma análise das demandas apontadas em 2024 pela população de Rio das Ostras, para subsidiar a elaboração do anteprojeto da Lei Orçamentária Anual de 2025.

Para ilustração dos leitores e para servir de referência posterior, o relatório abriga também uma introdução que destaca o embasamento legal do orçamento participativo e os processos utilizados pelo Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo de Rio das Ostras para apurar as demandas.

2- ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Apresentamos aqui o embasamento legal deste relatório onde evidenciamos a exigência da participação popular

- **Constituição Federal,**

Art.29, item XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

- **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar 101/2000)

Art. 48. §1º Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

Item I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

- **Estatuto das Cidades** (Lei 10257/2001)

Art. 2º, Item II – Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Artigo 4º, Item III – planejamento municipal, em especial,

Artigo 4º, Item III, alínea: f) gestão orçamentária participativa;

Artigo 44º – No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como **condição obrigatória** para sua aprovação pela Câmara Municipal.

- Lei Orgânica Municipal De Rio Das Ostras

Artigo 167 - O Município buscará, por todos os meios ao seu alcance, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal. Parágrafo Único - Para fins deste artigo, entende-se como associação representativa qualquer grupo organizado, de fins lícitos, que tenha legitimidade para representar seus afiliados independente de seus objetivos ou natureza jurídica.

Artigo 168 - O Município submeterá a apreciação das associações, antes de encaminhá-los à Câmara Municipal, os projetos de lei do plano plurianual, do orçamento anual e do plano diretor, a fim de receber sugestões quanto a oportunidade e o estabelecimento de prioridades das medidas propostas. Parágrafo Único - Os projetos de que trata este artigo ficarão a disposição das associações durante 30 (trinta) dias, antes das datas fixadas para a sua remessa à Câmara Municipal.

Artigo 169 - A convocação das entidades mencionadas neste capítulo far-se-á por todos os meios a disposição do Governo Municipal.

- Plano Diretor de Rio das Ostras (Lei Complementar 004/2006)

Art. 146 - Parágrafo único - As leis municipais do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual incorporarão e observarão as diretrizes e prioridades estabelecidas nesta lei nos termos do § 1º do art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e serão elaboradas mediante processo participativo em cumprimento da diretriz de gestão democrática da cidade e de gestão orçamentária participativa estabelecida no art. 44 da Lei nº 10.257.

3- Formação do município de Rio das Ostras - breve histórico

A formação do município de Rio das Ostras está diretamente relacionada à sua posição geográfica. O município está localizado no estado do Rio de Janeiro, inserido na região das Baixadas Litorâneas do estado do Rio de Janeiro e região Norte Fluminense.

Devido a sua grande beleza natural, Rio das Ostras passa a ser destino de muitos veranistas a partir da década de 1950. A ocupação inicial de Rio das Ostras, então 3º Distrito de Casimiro de Abreu, foi próxima a foz do rio. Aos poucos, parte do mangue foi aterrada para a construção de casas, dando formação a uma pequena aldeia de pescadores. Com a construção da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), grande indutor e definidor do turismo na Região das Baixadas Litorâneas surgem os primeiros loteamentos em Rio das Ostras, aprovados pela prefeitura de Casimiro de Abreu, a partir da década de 1950. Rio das Ostras, até então 3º Distrito de Casimiro de Abreu se emancipa

em 1992. Nesta década o território de Rio das Ostras começou a ser dividido em loteamentos, e ocorre o grande impulso demográfico para a região, principalmente devido à descoberta de petróleo na Bacia de Campos e a instalação da Petrobras em Macaé ocorrendo então ocupação humana desordenada.

Apesar dos loteamentos terem sido iniciados na década de 1950, sua ocupação efetiva teve início a partir da década de 1990. Essa afirmativa pode ser confirmada quando se avalia a evolução tanto dos números de domicílios quanto da população de Rio das Ostras no período compreendido entre 1970 e 2024. Segundo a Contagem Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Rio das Ostras possuía, em 1970, um total de 6.667 habitantes. Atualmente a cidade possui 156.491 habitantes, ou seja, em meio século a cidade cresceu quase 23,5 vezes.

4- CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE RIO DAS OSTRAS

O Conselho Municipal de Planejamento e Orçamento Participativo de Rio das Ostras (CMPOP) foi instituído pela Lei Municipal 780/2003, posteriormente alterada pelas Leis 1125/2007, 2159/2018 e 2163/2018 e é um órgão consultivo vinculado à Secretaria de Gestão Pública (SEGEP).

Na versão atual, o CMPOP pode contar com até 52 conselheiros, sendo 45 eleitos pela sociedade civil e 7 indicados pelo Poder Público.

Nas conferências bienais, são eleitos até 3 conselheiros por setor. Os conselheiros eleitos, em assembleia posterior, elegem 7 membros para compor a comissão executiva que é complementada com 7 membros indicados pelo Poder Público.

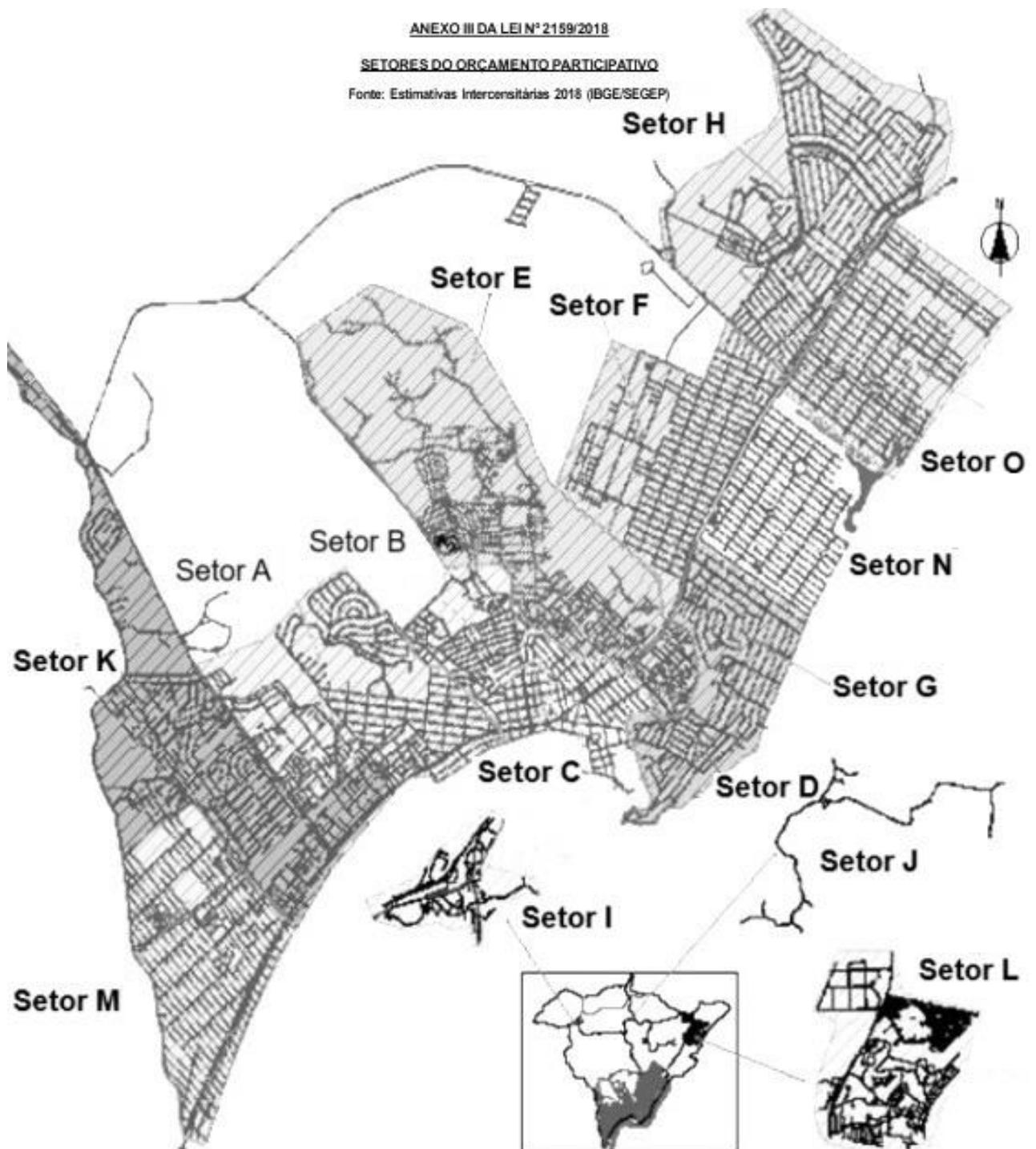
4.1- Constituição dos Setores:

De acordo com os Anexos da Lei 2159/2018, estes determinam a divisão do município em 15 setores, designados por letras, de “A” a “O”. Os setores são constituídos por um conjunto de localidades vizinhas, mas não são coincidentes com os bairros conforme previstos no Anexo V do Plano Diretor.

Recomendamos ao leitor observar a letra do Setor correspondente ao bairro de seu interesse já que passaremos a ilustrar tabelas e gráficos por Setor.

SETOR	LOCALIDADES
A	Bosque da Praia, Cantinho do Mar, Cerveja, Extensão do Bosque, Nova Aliança, Recanto, Residencial Rio das Ostras e Sobradinho.
B	Balneário Remanso, Casa Grande, Extensão Novo Rio das Ostras, Operário, Peroba, Residencial Camping do Bosque e São Cristóvão.
C	Boca da Barra, Centro e Novo Rio das Ostras.
D	Nova Esperança.
E	Gelson Apicelo, Liberdade, Nova Cidade, Parque São Jorge, Parque Zabulão e Village Sol e Mar.
F	Atlântica, Chácara Mariléia, Condomínio Porto Seguro e Jardim Mariléia.
G	Bosque Beira Rio e Costa Azul.
H	Âncora e Village Rio das Ostras.
I	Rocha Leão.
J	Cantagalo.
K	Extensão Serramar, Jardim Campomar, Jardim Patrícia, Palmital, Residencial Maria Turri e Serramar.
L	Balneário das Garças e Mar do Norte.
M	Cidade Beira Mar, Cidade Praiana e Jardim Miramar.
N	Jardim Bela Vista, Ouro Verde e Recreio.
O	Bosque d'Areia, Enseada, Floresta, Mar y Lago, Praia Mar, Reduto da Paz, Terra Firme e Verdes Mares.

- 4.2. Mapa dos Setores do Orçamento Participativo



5- TRABALHOS DE DIVULGAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E DO POP ONLINE.

O CMPOP através da Resolução CMPOP nº 001/2024, instituiu a Comissão Temática de Divulgação das Reuniões Setoriais em 01 de março de 2024, se estendendo até 27 de junho, tendo como objetivo alinhar junto a SEGEP as formas e por quais meios seria realizada a divulgação das Reuniões Setoriais de 2024. Participaram desta Comissão os Conselheiros Flávio Ferreira da Silva e Cinara da Silva Fonseca de Almeida e a Conselheira Lucimara Martins de Souza como Coordenadora. Para garantir a transparência do processo a resolução foi publicada no Jornal Oficial de Rio das Ostras em 01 de março de 2024.

Esta comissão realizou sua primeira reunião em 11 de março chegando as seguintes decisões que foram encaminhadas a SEGEP neste mesmo dia através do Ofício nº 012 / 2024 - CMPOP. Foi solicitado a SEGEP a abertura do POPonline na página principal da Prefeitura, mantendo-se até o dia 1º de julho do ano vigente. Retomada dos veículos de som. Confecção imediata de 18 “Fronts” com fixação nos 15 setores, se possível que a empresa responsável pela instalação dos Fronts, possa fazer os recolhimentos das mesmas, para que no próximo ano possam ser reutilizadas. Confecção dos Cartazes para distribuição nos bairros. divulgação das reuniões setoriais por Rádio local. Confecção imediata de 18 “Fronts” com fixação nos 15 setores.

A segunda reunião desta comissão com a ASCOMTI (Assessoria de Comunicação Social e Tecnologia da Informação) ocorreu em 07 de maio para discutir as pendências e traçar novas estratégias para as divulgações das reuniões setoriais do CMPOP. Reforçou-se as solicitações da primeira reunião e debateu-se estratégias como colocar divulgação em destaque no Diário Oficial e divulgação em destaque do CMPOP e da votação do POPonline no site da prefeitura, entre outras sugestões abordadas. Convém observar a colocação do QRcode nos cartazes e nas “filipetas”. Várias outras ações foram discutidas nesta reunião, mas por ser um ano com eleições municipais houve necessidade de cautelas com as decisões tomadas para que estas ações não pudessem ser rotuladas de propaganda eleitoral antecipada. Houve a divulgação da imagem da votação e do CMPOP nos computadores dos servidores públicos. O contato com a Secretaria de Educação com o intuito de divulgar o POP aos alunos das Escolas Públicas Municipais ficou para o segundo semestre.

6- PARTICIPAÇÃO POPULAR

6.1- Audiências Públicas Setoriais

As Reuniões Setoriais iniciaram em 19 de março e se estenderam até 27 de junho de 2024. Observamos que um total de 61 municípios participaram das reuniões setoriais realizadas nos 15 setores do município.

6.2- Participação via Internet - POP online

A participação da sociedade por Internet, ocorre a partir de computador ou celular utilizando o sistema POPonline criado pela Prefeitura de Rio das Ostras. O programa foi atualizado e a votação foi aberta em 19 de março e foi abruptamente interrompida em 28 de junho, antes do prazo oficial de 30 de junho. Isto levou a redação do ofício 022/2024 do CMPOP encaminhado a SEGEP solicitando a reabertura do POPonline e a extensão do prazo até dia 08 de julho para arrecadar os votos conquistados no último final de semana de junho. Apesar da concordância da SEGEP o POPonline foi encerrado no dia 04 de julho.

6.3- Indicação presencial

A votação presencial é realizada com o preenchimento dos questionários impressos distribuídos nas Audiências Públicas e posteriormente lançados no sistema por um dos integrantes da Comissão Executiva do CMPOP.

6.4 - Questionário de Demandas

De acordo com a regra estabelecida, cada participante pode assinalar até 10 demandas dentre as 66 opções apresentadas. As demandas foram agrupadas em 15 funções, similares às funções constantes das peças orçamentárias (ex.: Saúde, Educação, Segurança, Transporte, Saneamento, etc.). As funções foram apresentadas em ordem alfabética, assim como as demandas dentro de cada função. Em cada função foi apresentada uma opção denominada “Outras” para acolher demanda não especificada.

AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

- Agricultura
- Pecuária
- Pesca
- Outras demandas

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Assistência à Criança e ao Adolescente
- Assistência à Mulher
- Assistência ao Deficiente
- Assistência ao Idoso Assistência Comunitária
- Outras demandas

COMÉRCIO E SERVIÇOS

- Comércio
- Turismo
- Outras demandas

CULTURA

- Artesanato,
- Dança, Música, Teatro
- Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
- Outras demandas

DESPORTO E LAZER

- Desporto Comunitário
- Desporto de Rendimento
- Outras demandas

EDUCAÇÃO

- Educação de Jovens e Adultos
- Educação Especial - Inclusão
- Ensino Fundamental
- Educação Infantil
- Ensino Médio
- Ensino Profissionalizante
- Ensino Superior
- Outras demandas

HABITAÇÃO

- Habitação de Interesse Social
- Regularização de Imóveis
- Outras demandas

INDÚSTRIA

- Petróleo
- Outras demandas

MEIO AMBIENTE

- Preservação e Recuperação Ambiental
- Outras demandas

SANEAMENTO

- Abastecimento de água
- Drenagem águas pluviais
- Esgoto
- Lixo (coleta seletiva/reciclagem/aterro sanitário)
- Outras demandas

SAÚDE

- Estratégia Saúde da Família
- Farmácia
- Hospital Municipal
- Posto de Saúde
- Pronto Socorro/UPA
- Vigilância Epidemiológica (dengue, zika, etc.)
- Outras demandas

SEGURANÇA

- Monitoramento - Câmeras
- Posto Policial- Cabines
- Rondas – PM e Guarda Municipal
- Outras demandas

TRABALHO

- Capacitação Profissional
- Geração Emprego e Renda
- Outras demandas

TRANSPORTE

- Abrigo nas Paradas de Coletivos
- Acessibilidade e Mobilidade
- Ciclovias e Ciclofaixas
- Rodoviária Intermunicipal
- Sinalização, Barreiras Eletrônicas, Quebra-molas
- Transporte Urbano
- Outras demandas

URBANISMO

- Iluminação Pública
- Parques e Praças
- Plano Diretor, Código de Obras
- Pavimentação de vias, Calçadas
- Outras demandas

7- APRESENTAÇÃO DAS INDICAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

O sistema POP On-line permite a emissão de diversos relatórios que serão apresentados a seguir. Apresentaremos o resultado das indicações realizadas pelos cidadãos de Rio das Ostras nos 15 setores deste município. Eventualmente serão inseridas algumas comparações com os resultados apurados em anos anteriores.

7.1- Participantes por Setor

A Tabela 1 apresenta a distribuição das indicações considerando a quantidade de participantes no setor, pelo total das indicações no POP em 2024.

Tabela 1

SETOR	Total de participantes por Setor	<i>População por Setor</i>	<i>Percentual de participantes pela População do Setor</i>
A	51	14796	0,0034469
B	28	7004	0,0039977
C	11	6087	0,0018071
D	8	6943	0,0011522
E	16	23716	0,0006747
F	66	14433	0,0045729
G	48	4513	0,0106359
H	34	21549	0,0015778
I	17	1770	0,0096045
J	31	1029	0,0301263
K	107	8712	0,0122819
L	6	2711	0,0022132
M	52	18098	0,0028732
N	260	7311	0,0355629
O	298	4855	0,0613800
Total	1033		

Gráfico 1A

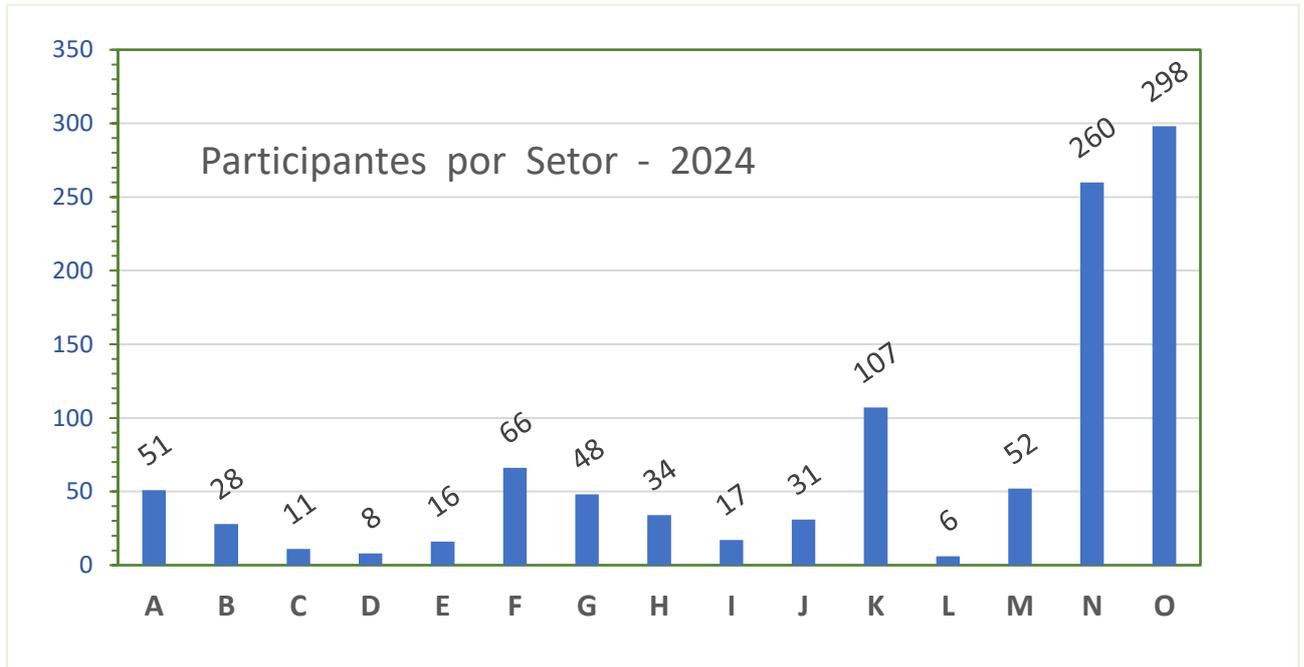
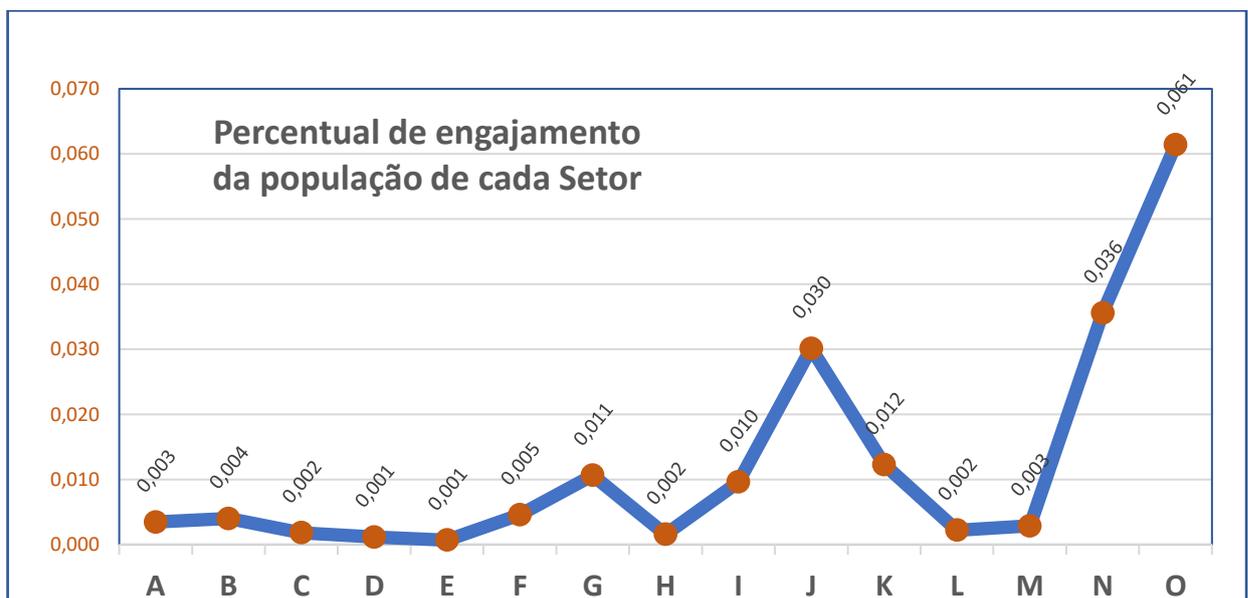


Gráfico 1B



Os setores N e O normalmente tem um índice de participação popular, em relação ao número de moradores no bairro, maior que os outros setores do município. O que podemos observar é que o setor J também apresentou um número de participação popular maior que os outros setores.

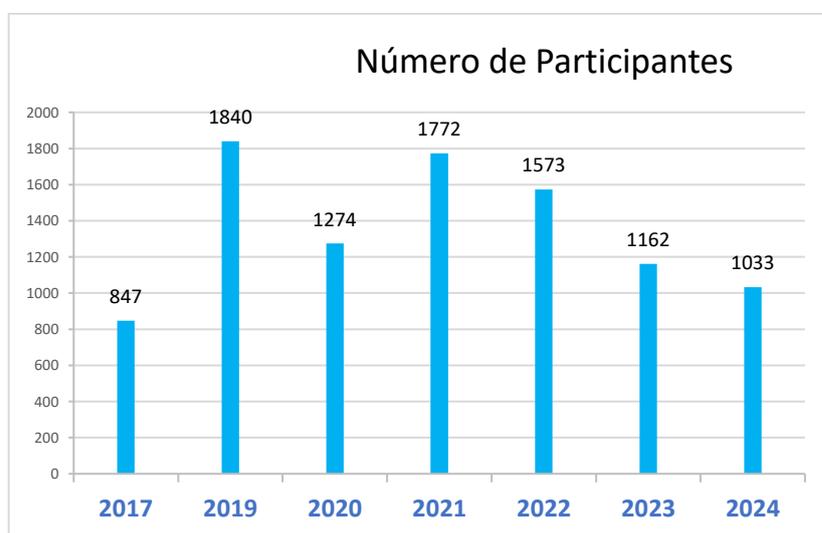
7.2- Evolução anual da participação popular

A tabela 2 e o gráfico abaixo mostram o número de moradores participantes de 2024 comparado com pesquisas de anos anteriores.

Tabela 2

SETOR	2017	2019	2020	2021	2022	2023	2024
A	61	55	55	136	88	80	51
B	19	40	45	72	40	65	28
C	30	21	18	40	45	23	11
D	13	16	10	13	38	16	8
E	56	45	29	75	71	24	16
F	100	92	165	211	141	122	66
G	40	47	52	92	70	38	48
H	57	94	70	92	99	67	34
I	8	11	0	7	3	25	17
J	11	235	5	42	133	13	31
K	90	75	138	160	144	86	107
L	15	20	46	96	153	18	6
M	65	80	63	110	173	64	52
N	93	661	360	289	171	354	260
O	189	348	218	338	204	167	298
Total	847	1840	1274	1773	1573	1162	1033

Gráfico 2



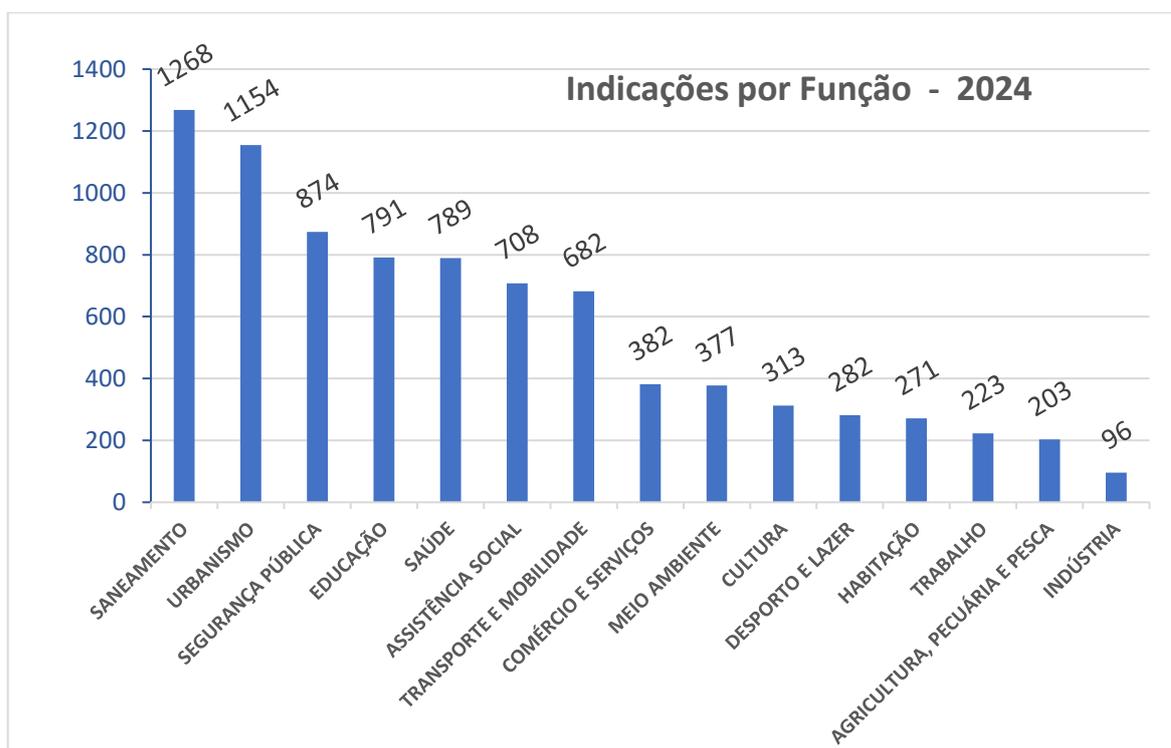
7.3- Indicação por Função

A tabela e o gráfico abaixo mostram, em ordem decrescente, indicações apuradas em cada função.

Tabela 3

FUNÇÃO	Indicações	%
SANEAMENTO	1268	15,1
URBANISMO	1154	13,7
SEGURANÇA PÚBLICA	874	10,4
EDUCAÇÃO	791	9,4
SAÚDE	789	9,4
ASSISTÊNCIA SOCIAL	708	8,4
TRANSPORTE E MOBILIDADE	682	8,1
COMÉRCIO E SERVIÇOS	382	4,5
MEIO AMBIENTE	377	4,5
CULTURA	313	3,7
DESPORTO E LAZER	282	3,4
HABITAÇÃO	271	3,2
TRABALHO	223	2,7
AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	203	2,4
INDÚSTRIA	96	1,1
Total	8413	100

Gráfico 3



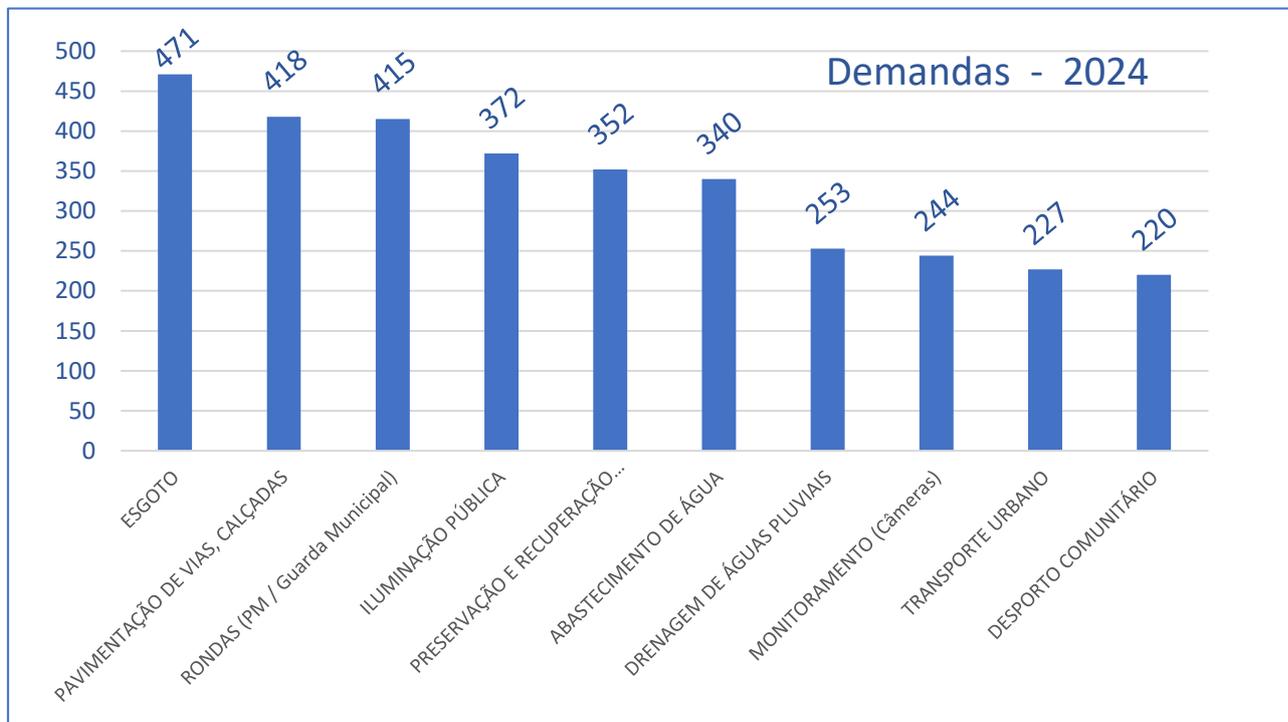
7.4- Indicação por Demanda - Top 20

Tabela 4

Demandas			Perc.
1	ESGOTO	471	5,6
2	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS, CALÇADAS	418	5,0
3	RONDAS (PM / Guarda Municipal)	415	4,9
4	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	372	4,4
5	PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	352	4,2
6	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	340	4,0
7	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	253	3,0
8	MONITORAMENTO (Câmeras)	244	2,9
9	TRANSPORTE URBANO	227	2,7
10	DESPORTO COMUNITÁRIO	220	2,6
Total da 1ª a 10ª Demanda		3312	
Total de Demandas		8413	

Demandas			Perc.
11	HOSPITAL MUNICIPAL	213	2,5
12	PARQUES E PRAÇAS	209	2,5
13	ENSINO PROFISSIONALIZANTE	197	2,3
14	DESPORTO COMUNITÁRIO	190	2,3
15	COLETA DE LIXO, ATERRO, RECICLAGEM.	189	2,2
16	POSTO POLICIAL (Cabines)	180	2,1
17	POSTO DE SAÚDE	174	2,1
18	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS	170	2,0
19	DANÇA MÚSICA TEATRO	166	2,0
20	GERAÇÃO EMPREGO E RENDA	163	1,9
Total da 11ª a 20ª Demanda		1851	
Total de Demandas		8413	

Gráfico 4



7.5- Indicação das Demandas por Setor

Tabela 5

SETORES	Demandas por Setor - 2024		SETORES	Demandas por Setor - 2024	
A	PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	20	I	TRANSPORTE URBANO	12
A	RONDAS (PM / Guarda Municipal)	19	I	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	9
A	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	18	I	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	8
A	TURISMO	17	I	RONDAS (PM / Guarda Municipal)	8
A	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	17	I	DESPORTO COMUNITÁRIO	6
B	PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	10	J	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	15
B	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	10	J	ESGOTO	14
B	ESGOTO	10	J	PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	13
B	DESPORTO COMUNITÁRIO	9	J	TRANSPORTE URBANO	13
B	TURISMO	8	J	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS, CALÇADAS	13
C	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	8	K	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	57
C	PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	6	K	ESGOTO	56
C	RONDAS (PM / Guarda Municipal)	6	K	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS, CALÇADAS	49
C	MONITORAMENTO (Câmeras)	5	K	POSTO DE SAÚDE	48
C	TURISMO	4	K	EDUCAÇÃO INFANTIL (Creche e Pré-escola)	41
D	TURISMO	5	L	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS	3
D	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	3	L	ESGOTO	3
D	DANÇA, MÚSICA, TEATRO	3	L	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3
D	DESPORTO COMUNITÁRIO	3	L	ENSINO PROFISSIONALIZANTE	2
D	ENSINO PROFISSIONALIZANTE	3	L	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2
E	DESPORTO COMUNITÁRIO	7	M	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS	21
E	ESGOTO	6	M	RONDAS (PM / Guarda Municipal)	21
E	ASSISTÊNCIA À MULHER	5	M	PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	19
E	TURISMO	5	M	ESGOTO	19
E	ENSINO MÉDIO	5	M	COMÉRCIO	17
F	DESPORTO COMUNITÁRIO	25	N	RONDAS (PM / Guarda Municipal)	142
F	RONDAS (PM / Guarda Municipal)	24	N	ESGOTO	141
F	TURISMO	23	N	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS, CALÇADAS	133
F	PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	22	N	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	121
F	HOSPITAL MUNICIPAL	22	N	PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	110
G	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	28	O	ESGOTO	149
G	RONDAS (PM / Guarda Municipal)	25	O	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS, CALÇADAS	139
G	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS, CALÇADAS	22	O	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	115
G	ESGOTO	19	O	RONDAS (PM / Guarda Municipal)	101
G	PARQUES E PRAÇAS	18	O	PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	91
H	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	18			
H	ESGOTO	17			
H	PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	13			
H	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	11			
H	REGULARIZAÇÃO DE IMÓVEIS	11			

7.6- Análise das Demandas

As Audiências Públicas realizadas nos setores do município indicaram algumas demandas pontuais conforme descritas abaixo:

SETOR A (Bosque da Praia, Nova Aliança, Recanto, Residencial Rio das Ostras) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Urbanização – Falta de iluminação no bairro. péssimo estado de conservação da Escola Municipal Cláudio Ribeiro. problemas de inundação proveniente do canal de Medeiros

Não tem esgoto no bairro Extensão do Bosque. Problemas com abastecimento de água.

SETOR B (Operário, Peroba, Remanso, São Cristóvão) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Urbanização – Áreas que permanecem alagadas durante as chuvas na Travessa Oscar Fonseca, no Loteamento São Cristóvão, também na Rua Dilma dos Santos, na Localidade Casa Grande e ainda no Loteamento Operário. Ausência de capina nos logradouros públicos.

Transporte - Péssimo atendimento do transporte público no setor com necessidade de mais VANS principalmente nas proximidades da Rua da Assembleia.

SETOR C (Centro, Boca da Barra e Novo Rio das Ostras) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Saneamento - Saneamento do bairro Boca da Barra e esgoto está sendo lançado no manguezal.

Urbanização – Falta de iluminação no bairro. O píer com piso de madeiras danificadas e não possui ponto para amarração (cabeço) das embarcações. Quando será a manutenção e entrega da Ponte de Madeira na Rua Oscar Fonseca e quando será entregue os laudos junto ao INEA para o desenvolvimento de um projeto?

Segurança – Presença de uma quantidade considerável de pessoas em situação de rua agindo de forma agressiva na região da orla do centro da cidade. Insegurança existente na orla do bairro do centro com a presença de indigentes e drogados nesta região.

SETOR D (Bairro Nova Esperança) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Urbanização – Falta de iluminação no bairro.

SETOR E (Gelson Apicelo, Liberdade, Nova Cidade, Prq. São Jorge, Prq. Zabalão) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Urbanização – Falta de iluminação no bairro. Necessidade de obras no campo de futebol Society no bairro nova cidade.

Educação - importância do incentivo ao esporte para as crianças devido à falta de segurança em frente e na região da escola

Segurança – Ausência da Guarda Municipais na Escola Municipal Francisco de Assis Medeiros Rangel e falta de segurança fora dos muros. Necessidade de ronda da Guarda Municipal nos horários de maior demanda.

SETOR F (Jardim Mariléia, Chácara Mariléia, Porto Seguro e Loteamento Atlântica) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Segurança - Necessidade de uma Base Integrada da Polícia Militar. Os moradores com crianças não conseguem mais usar a praça e os artesões retiraram suas barracas devido a venda de drogas no local.

Urbanização - Manutenção para os brinquedos da praça. Problemas de iluminação na praça. Manutenção da tela de proteção da Quadra de Futebol. Necessidade de um quebra-molas em frente à escola Nilton Baltazar. Necessidade de uma Creche com Educação Infantil. Ampliação do Posto de Saúde. Necessidade imediata da interdição do Poliesportivo do bairro já que a estrutura e os telhados estão comprometidos, antes que aconteça um acidente grave.

SETOR G (Costazul, Colinas e Bosque Beira Rio) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Segurança - Há necessidade de policiamento no Viaduto do Canal já que neste local ocorre assaltos com roubos de celulares e bolsas das pessoas que trabalham no bairro e caminham até a rodovia para pegar condução.

Urbanização – Há necessidade da liberação da Ponte de Madeira na Rua Oscar Fonseca que já está interditada a mais de dois anos. Evidenciou-se a necessidade de mais engenheiros e arquitetos nos quadros de funcionários da SEMOP, já que o último concurso para engenheiros e arquitetos ocorreu no ano de 2008. A manutenção dos corrimãos do Emissário Submarino de Costazul depende da contratação de uma empresa que possa fornecer os corrimãos em aço inoxidável 316L. Necessidade de melhorias na iluminação do bairro.

SETOR H (Residencial Praia Âncora, Village Rio das Ostras) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Urbanização - Manutenção da passarela de ferro na avenida da Flor do Campo próximo à Rua das Acácias ao lado do Posto de Saúde da Família do Âncora. Alagamento persistente na esquina da Av. Flor do Campo com Rua São Judas Tadeu.

Meio ambiente - falta proteção das nascentes e das matas ciliares.

Segurança - Ocorre o vandalismo na praça e na Quadra do Ginásio Poliesportivo. Necessidade de renovar o efetivo da Guarda Municipal.

Transporte - Dificuldade de transporte no bairro Âncora e não há transporte após um determinado horário.

SETOR I (Rocha Leão) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Urbanização - A obra da Capela Mortuária está inacabada. A taxa de iluminação pública é a mais alta da região.

Transporte - O transporte público no bairro é deficitário e irregular e ainda recusa transportar idoso.

Educação - Manutenção urgente na escola local.

Segurança - Necessário a presença da Guarda Municipal e do PROEIS no bairro.

Saúde - A ambulância da localidade está em estado precário.

SETOR J (Cantagalo) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Agricultura - Melhorar substancialmente o apoio agricultura.

Saneamento - Abastecimento de água comprometido por ausência de água encanada.

Meio ambiente - A clínica veterinária pública de Cantagalo não atende adequadamente a população e há necessidade de uma clínica para atendimento animal na localidade conforme os padrões do PSA (Programa de Saúde Animal). Criação de um centro de zoonose.

Urbanização - Por falta de sinal de telefonia, existe uma dificuldade grande de se utilizar o Uber, o que prejudica o comércio local principalmente os restaurantes. O Plano Diretor está desatualizado.

Saúde - Necessidade de uma Unidade de Resgate mais próxima à Cantagalo.

Educação - Ausência de uma Creche no bairro. Criar uma unidade de ensino profissionalizante direcionado ao petróleo e existe falta de ensino médio na localidade.

Segurança - Aumento do efetivo da Guarda Municipal e o fornecimento de uma viatura para a Guarda Municipal.

Transporte - Falta de transporte público eficiente que falta uma linha de van atendendo desde a Califórnia até Rio das Ostras sendo necessário uma linha que atenda o trajeto Centro/Beira-mar.

SETOR K (Serramar, Extensão Serramar, Jardim Campomar, Jardim Patrícia,) os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Saneamento - Abastecimento de água comprometido por ausência de água encanada.

Meio ambiente - Ausência de tubulações esgoto nos bairros do setor. Falta de poda nas árvores que acabam em queda de luz conseqüentemente queimando os eletrodomésticos.

Urbanização - Ausência da Pavimentação de vias. Falta de Iluminação Pública adequada no setor. Existe problema de drenagem. É difícil transitar caminhão de lixo, viatura, veículo, capina, principalmente na beira da Estrada Serramar. O Plano Diretor está desatualizado

Educação - Ausência de uma Creche no bairro.

Segurança - Falta Guarda Municipal nas Escolas Públicas. SEMAP precisa retirar os cachorros de rua. Proximidade de uma boca de fumo no Bairro Serramar.

Transporte – Falta de Transporte das Vans principalmente em Maria Turri. Ausência de placas com os nomes das ruas.

SETOR N (Recreio, Ouro Verde e Jardim Bela Vista) devido a ocupação da UFF por alunos, local previsto para a Audiência Pública, a reunião se realizou no auditório da Capela Nossa Senhora da Rosa Mística, na Rua Topázio, s/nº, Bairro Ouro Verde onde os moradores apresentaram as seguintes reivindicações:

Saneamento - Falta a Estação Elevatória de Esgoto na Rua Rio de Janeiro. A ausência da Elevatória de Esgoto neste local impede o encaminhamento correto do esgoto para a Estação de Tratamento em Mariléia. Ausência de redes de esgoto na maior parte desse setor.

Meio ambiente - Projeto para limpeza e despoluição da Lagoa de Iriry. Lançamento de esgoto em vias públicas e em redes de águas pluviais contribuindo para a poluição da Lagoa de Iriry. Cercamento das áreas de proteção. Lançamento de esgoto a céu aberto na Rua Rio de Janeiro.

Urbanização - Obras inacabadas sem data de término. Manutenção do parque infantil da Praça Armênio Cabral no bairro Recreio. Poda das árvores deste local para que a iluminação possa chegar ao solo. Falta de Iluminação Pública adequada na Lagoa de Iriry. Pavimentação da Av. Guanabara e Rua Granada. Brinquedos do parque da Lagoa de Iriry quebrados e sem manutenção. O Plano Diretor está desatualizado.

Mobilidade Urbana – Há necessidade de um estudo de engenharia de trânsito no cruzamento da Av. Ouro Verde com a Rodovia Amaral Peixoto. A solicitação que a Rua Bom Jesus de Itabapoana fique com mão única. Falta de pintura nos quebra-molas do bairro.

Educação - Ausência de uma Creche no bairro para dar apoio a Educação Infantil. Ausência de Escola Municipal no bairro.

Segurança - Mais rondas principalmente na Lagoa e na Av. Brasília.

Transporte - Transporte das Vans com horários irregulares.

Saúde- Ausência de um Posto de Saúde

SETOR O (Terra Firme, Residencial Verdes Mares, Reduto da Paz, Enseada das Gaivotas, Florestas das Gaivotas, Praiamar, Bosque da Areia e Mar y Lago) compareceu com uma consistente participação dos moradores e apresentou as seguintes reivindicações:

Saneamento - Construção das Elevatórias no Setor O para possibilitar a interligação das redês de esgoto. Solução para o esgoto a céu aberto e fiscalização quanto ao lançamento de esgoto nas redes de águas pluviais.

Meio ambiente - Projeto para limpeza e despoluição da Lagoa de Iriry. Cercamento das áreas de proteção ambiental no bairro Enseada das Gaivotas e colocação de placas de "Proibido Jogar Lixo e Entulho". Manutenção da trilha e da Praia de

Itapebussus. Colocação de grades na ZEIMA1. Fechamento da passagem entre os bairros Floresta das Gaivotas e Enseada das Gaivotas, através da Rua Américo Borges, deixando somente para pedestres. Projeto paisagístico no entorno do “riozinho” que corta os 3 bairros, na Av. Rodrigues de Melo. Sinalização nas Lagoas do Setor. Pediram capina nas áreas públicas com instalação de lixeiras públicas em pontos estratégicos. Citaram a importância da preservação desta área ambiental onde existe o fenômeno de bioluminescência que é a luz produzida por organismos vivos e recomendando cuidado com a iluminação local pois pode extinguir a própria bioluminescência.

Urbanização - Colocação de placas de identificação de Logradouro nas ruas do bairro Enseada das Gaivotas e placas indicativas de velocidade máxima permitida nas vias. Falta de alambrado de tela na quadra poliesportiva. Calçamento com piso intertravado nas Av. Sônia Maria da Rocha, Alameda Principal, Rua Euclides da Cunha e Rua Félix Pacheco. Falta de materiais de ginástica dos idosos e brinquedos para crianças na Praça Zélia Gattai. Iluminação da Orla de Praia Mar e Terra Firme. Devido ao péssimo estado das vias, acaba havendo falta de transporte dentro do bairro os motoristas de Vans e de aplicativos se recusam a entrar nos bairros do setor O.

Mobilidade Urbana - Sinalização com os nomes das Ruas, principalmente na Euclides da Cunha e transversais. Sinalização Vertical e Horizontal no Pavimento na Euclides da Cunha. Instalação de “*Trafic Calm*” na Avenida dos Bandeirantes. Cobertura nos pontos de embarque de passageiros na Rua Euclides da Cunha. Regularização e diminuição dos intervalos das Vans que atendem o setor e atendimento as Leis de gratuidade aos passageiros.

Segurança - Aumento do efetivo e das rondas regulares e monitoramento com câmeras.

8- CONCLUSÃO E PROPOSTAS

Respeitando as prerrogativas do Poder Executivo, encaminhamos nossas propostas de maneira bastante sintética. Ninguém desconhece que a falta do Saneamento Básico constitui o maior problema de Rio das Ostras. Burocraticamente, ao longo do tempo, os valores alocados para esta função destinam-se, praticamente, ao pagamento do investimento realizado na PPP.

Outros serviços de implantação como redes de água e esgoto passaram a ser responsabilidade da empresa Rio + saneamento. Entendemos que o Poder Público não deve destinar verbas na LOA 2025 para implantação das redes de esgoto na cidade, apesar da forte indicação popular nessa demanda.

Neste sentido, outras ações, que independem de dotações orçamentárias, precisam ser desenvolvidas. O Plano Diretor (que deveria ter sido revisto em 2016) e outras leis correlatas, têm que ser orientados pela infraestrutura disponível ou planejada (neste último caso, falamos de planejamento factível, com alta possibilidade de realização).

A administração municipal tem que apresentar o Plano Municipal de Saneamento Básico, condição indispensável para obtenção de recursos federais e combater toda

e qualquer ação que degrada o meio ambiente, tal como o lançamento de esgoto nas vias públicas e nas redes de águas pluviais.

A aprovação do novo marco legal do saneamento básico e a transferência da concessão da CEDAE para empresa *Rio Mais Saneamento* trazem outras nuances que merecem nova análise. A partir de 2022, a expansão da rede de água ficou sob responsabilidade da *Rio Mais Saneamento* e somente a partir de 2024 esta empresa ficou responsável pela implantação das novas redes de esgoto, mas mesmo assim a Gestão Executiva de nosso município ainda deve destinar verbas para o término das obras já licitadas e em andamento em 2025.

Conforme o contrato da concessão da água e esgoto de Rio das Ostras a empresa *Rio Mais Saneamento* tem prazo até 2033 para levar água potável a 99% da população e 90% da coleta e tratamento de esgoto.

A conclusão que chegamos é que a cobrança pelas novas implantações de rede de esgoto em nosso município deverá ser feita diretamente em cima da *Rio Mais Saneamento*.

Para atender as demandas dos munícipes na área de urbanismo, propomos que a Prefeitura priorize a pavimentação das ruas que fazem parte do trajeto do transporte público. Propomos também a garantia condições mínimas de tráfego de veículos, bicicletas e pedestres em todas as vias não pavimentadas.

Na área de transporte propomos a implantação gradual das medidas preconizadas no Plano Municipal de Mobilidade Urbana e a licitação do transporte urbano.

Na área de segurança pública, propomos ampliar as rondas, sem descuidar de outras obrigações básicas (iluminação das vias públicas, limpeza das ruas, cercamento de terrenos, etc.).

Na área da saúde, totalmente alinhados com o programa de governo, entendemos que a informatização do agendamento de consultas/exames/cirurgias, do histórico dos pacientes, do controle de estoque e da gerência de recursos humanos trarão importantes ganhos. Não podemos esquecer de corrigir procedimentos (habilitação de UTI, faturamento, etc.) de modo que não percamos repasses de recursos federais.

A divulgação do POPonline e das reuniões podem ser melhoradas, com a utilização de carros de som em todos os setores, a confecção e instalação de Fronts nas vias públicas é um fator relevante na divulgação assim como o uso de mídias nesta propaganda. Consideramos que a divulgação dos questionários nas escolas públicas pode trazer ampliação nos resultados.

Apesar dos conselheiros terem feito uma boa divulgação nos seus setores, observamos que alguns conselheiros devam apresentar mais intensidade na divulgação. Os setores **D** (Nova Esperança), **G** (Costazul), **J** (Cantagalo) e **L** (Mar do Morte) não possuem representantes o que dificultou a divulgação.

9- PRÓXIMAS ETAPAS

Ainda neste mês de julho, este relatório será protocolado na Prefeitura de Rio das Ostras, e publicado no site oficial da Prefeitura, na página dedicada ao CMPOP. Após esta formalidade protocolaremos uma cópia deste relatório na Câmara dos Vereadores.

O Anteprojeto da L.O.A. para 2025 deverá estar concluído até dia 31 de agosto. A Gestão Pública disponibilizará, do dia 01 até 30 de setembro, o anteprojeto da L.O.A.2025 para Consulta Pública e recebendo de sugestões de nossa sociedade e eventuais propostas de ajuste.

Ainda no mês de setembro deverá ser realizada uma reunião da SEGEP com o CMPOP para ajustes finais visando a elaboração do anteprojeto da L.O.A.2025 conforme o artigo 3 inciso V da lei 2159/2018.

A seguir o projeto da L.O.A. 2025 será encaminhado para a Câmara Municipal, até o dia 15 de outubro de 2024. conforme previsto no art. 168 da Lei Orgânica Municipal.

Solicitamos que a Câmara Municipal, ao receber o anteprojeto da L.O.A. 2025 promova uma audiência pública, conforme previsto no artigo 44 da Lei 10257/2001 (Estatuto das Cidades),

10- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório foi apresentado na 7ª Assembleia Geral Ordinária do CMPOP realizada no dia 24 de julho de 2024 e após ligeiras alterações sugeridas, foi aprovado por todos conselheiros presentes.

Este relatório está assinado pelo Presidente do CMPOP, Sr. Pedro Barbosa de Carvalho.



Pedro Barbosa de Carvalho
Presidente do CMPOP